

# **DETERMINANTES DA TEMPESTIVIDADE DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS NO IBRX-50 DA B3**

**Allison Bruno Lima Augusto**  
allisonlaugusto@gmail.com  
UFMG

**José Roberto de Souza Francisco**  
jroberto@face.ufmg.br  
UFMG/PPGC

**Diogo Di Mambro Oliveira**  
diogodimambro@hotmail.com  
UFMG

**Resumo:** O objetivo deste estudo consiste em verificar as determinantes que impactam a tempestividade das informações do relatório do auditor, ou seja, o prazo entre o término do exercício social e a data de emissão das demonstrações financeiras, bem como o relatório do auditor independente. A importância desse estudo deriva de um cenário em que cada vez mais as informações contábeis se tornaram peça chave na tomada de decisão e, por consequência, os auditores independentes deixam essas informações mais confiáveis. Nesse sentido, utilizando a metodologia da estatística descritiva e regressão linear múltipla, a amostra foi composta pelas companhias brasileiras de capital aberto com ações negociadas na B3 e que compõem o IBRX-50, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019, usando como variáveis explicativas para obtenção das determinantes que impactam as informações do auditor se a empresa é auditada por uma Firma “Big Four” quantidade de PAA’s - Principais Assuntos de Auditoria no relatório do auditor, existência de ressalva ou ênfase no relatório, rodízio da Firma de auditoria e níveis de governança corporativa e endividamento da empresa auditada (Mota; Martins, 2018). Os resultados estatísticos após a regressão linear mostraram 2 variáveis explicativas, sendo elas o nível de governança corporativa e a presença de ênfase no relatório do auditor, como estatisticamente significativa para explicar a variável dependente da tempestividade. Desta maneira, conclui-se que empresas pertencentes ao nível de governança corporativa denominado “Novo Mercado” possuem um maior prazo par emissão

das demonstrações financeiras, bem como empresas que possuem parágrafo de ênfase no seu relatório também impactam negativamente no prazo de emissão da opinião do auditor independente.

**Palavras Chave: Inform.Contábeis - Determin.Tempestivid - Relatório do Auditor - -**

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade, como um dos primeiros sistemas de escrituração do mundo, viu sua importância se alterar e se transformar em um sistema de informação. No entanto, embora gestores públicos se utilizem desta ciência apenas para a apuração e recolhimento de impostos, a mesma se objetiva ao auxílio para a tomada de decisão (MARION, 2008).

Assim, têm-se na contabilidade uma ciência com o objetivo de assegurar informações íntegras, úteis e em tempo hábil sobre a posição patrimonial e econômica para ajudar o processo decisório. Esta ciência, extremamente importante, é a melhor ferramenta para levantar o resultado da organização, evidenciando assim sua capacidade de identificar eventos econômicos ocorridos dentro de uma organização (IUDICIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

A competitividade no ambiente no qual as empresas se estabelecem exige que a informação contábil seja tempestiva e com qualidade. A baixa da qualidade da informação contábil dentro de uma organização acarreta maiores custos de agência e expõe seus acionistas a maiores e desnecessários riscos (DYCK & ZINGALES, 2002 e NASCIMENTO; REGINATO, 2008).

O nível de qualidade da informação contábil está diretamente relacionado com boas práticas de governança corporativa (Gomes et al., 2018). A contabilidade fornece informações, dentre outras, sobre o desempenho dos executivos que são necessárias para a maioria dos mecanismos de governança corporativa operar com eficiência no combate aos problemas de agência (BAIOCO, ALMEIDA, 2016).

No entanto, a mensuração sobre a qualidade ou não das informações contábeis pode não ser tão simples dada as diferentes interpretações obtidas por diferentes usuários destas informações. Com isso, têm-se um evidente exemplo sobre a complexidade e dinamismo da contabilidade, pois este ambiente apresenta uma discussão conflitante pelos diferentes discursos apresentados por grupos com interesses opostos sobre aquela mesma informação (ALMEIDA, 2010).

Neste sentido, trazendo para os tempos atuais, a discricionariedade das informações contábeis resulta na carência de informações contábeis confiáveis e, a figura da auditoria contábil externa, torna-se necessária na relação de conflito entre *insider* e *outsiders* (Alberton, Luiz et al., 2002). Assim, as demonstrações contábeis auditadas por firmas de auditoria independentes, buscam o aumento da confiabilidade de suas informações (FASB, 1980).

Uma das características qualitativa de melhoria da informação contábil financeira, emanada pelo pronunciamento técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, é a tempestividade (CAMARGOS; FLACH, 2016). Essa característica é corroborada por meio de diversos estudos, pois não apenas a natureza e conteúdo da informação têm utilidades aos usuários, mas também o momento em que a mesma é divulgada, uma vez que informações de alta qualidade e confiabilidade perdem sua utilidade na tomada de decisão, quando não divulgadas no momento correto (KIRCH, LIMA e TERRA, 2012).

Paixão, Avelino e Takamatsu (2017) relatam que é necessária e relevante uma pesquisa sobre as principais determinantes que impactam a tempestividade das informações contidas no relatório do auditor independente.

Dada ao seu poder de influenciar os mais diversos usuários das informações financeiras, o prazo que as demonstrações financeiras são divulgadas tem um papel fundamental nesta influência e, por consequência, na tomada de decisão.

Com isso, a questão de pesquisa levantada se dá pela mensuração das determinantes que impactam o conteúdo e prazo de divulgação das informações, tendo como norte o seguinte questionamento: *quais são os fatores determinantes da tempestividade das informações do relatório de auditoria das empresas?*

O objetivo desta pesquisa é identificar os fatores determinantes da tempestividade das informações do relatório do auditor independente das sociedades anônimas de capital aberto que possuem ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e compõem o IBrX-50 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Como justificativa teórica, este estudo objetiva na identificação de quais são as determinantes que impactam na tempestividade das informações contidas no relatório do auditor independente das empresas de capital aberto com suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e que compõem o IBrX-50.

Assim, têm-se nesse trabalho a discussão sobre esse importante tema. Ademais, considera-se que estes estudos tendem a contribuir de maneira positiva para os mais diversos usuários das informações contábeis, bem como na melhora do ambiente de mercado de capitais.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 AUDITORIA CONTÁBIL**

A auditoria contábil é uma ciência que assegura que as informações auditadas estão livres de distorções materiais, ou seja, livre de distorções que possam impactar na tomada de decisão dos usuários das informações (DOS SANTOS; PEREIRA, 2004).

Assim sendo, a contabilidade se aprimorou e evidenciou a diferença entre uma empresa e os indivíduos, contribuindo no desenvolvimento do sistema empresarial. Por consequência, como parte desta aprimoração, a auditoria surge como uma ferramenta tecnológica da contabilidade.

A auditoria possui sua origem no latim, pois deriva do termo *audire* que possui conceito de ouvir e, através dos ingleses, atrelou à esta palavra o sentido de revisor através da definição *auditing* (SÁ, 2014).

Este elo, da função de auditoria com a função de revisor, foi corroborado por meio dos trabalhos iniciais de auditoria quando do seu surgimento. Neste caso, os trabalhos pioneiros possuíam uma função de correção, através da identificação de erros e fraude, bem com a idoneidade dos administradores das organizações auditadas. Estes procedimentos possuíam como foco a asseguarção não só dos registros contábeis, mas também das operações e comportamento das pessoas que lidavam com valores e bens.

Impulsionada em países como Inglaterra, Holanda e pelos Estados Unidos da América, no final do século XIX, a auditoria passou por significativa evolução devido ao crescimento das organizações e pelo interesse popular dos mais diversos usuários das informações contábeis.

Por fim, até os tempos atuais, o conceito, o foco, bem como os procedimentos de auditoria, foram sendo modificados ao longo do tempo. Assim, pode-se afirmar que a auditoria é um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidência sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau de correspondência entre as

afirmações e critério estabelecidos, e de comunicação do resultado e usuários interessados (BOYTON, JOHSON, KELL; 2002).

No Brasil, os primeiros relatos sobre a auditoria contábil surgiram frente ao movimento de migração de empresas globais para o território nacional (Attie; 2011). Este movimento é ratificado na década de 1970, pois com a maior presença de filiais de multinacionais no Brasil, bem como a intensidade do desenvolvimento do mercado de capitais local, o Banco Central do Brasil promulgou as primeiras regras e normas de auditoria no país. Outros dois importantes eventos que serviram para reforçar esta etapa na década de 1970 foi a criação das Comissão de Valores Mobiliários e a promulgação da Lei das Sociedades Anônima, ambos em 1976.

O quadro 1 demonstra estas etapas que serviram de base para que a auditoria contábil fosse implementada no Brasil.

**Quadro 1:** Motivos que serviram de base para implementação da auditoria no Brasil

Investidas brasileiras de multinacionais
Necessidade de financiamento internacional
Desenvolvimento do mercado de capitais local
Promulgação de regras e normas pelo Banco Central do Brasil
Criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
Promulgação da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76

**Fonte:** Adaptado de Almeida (2012)

Por fim, ainda no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 11, afirma que auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que objetiva a emissão do relatório do auditor independente que atesta sobre a adequação que as demonstrações representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações dos recursos da empresa auditada.

## 2.2 RELATÓRIO DO AUDITOR

As demonstrações contábeis possuem uma significativa importância para os mais diversos usuários destas informações, bem como o auditor independente atua como asseguradores destas informações. Esta assegurarçãõ é realizada por meio do relatório do auditor independente emitido pela Firma de auditoria ao término dos trabalhos.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 700 Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, o auditor deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, bem como deve concluir se obteve segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Este importante documento emitido pelos auditores externo foi alvo dos mais diversos estudos, pois o relatório de auditoria é o instrumento pelo qual o auditor expressa sua opinião, em consonância às normas de auditoria, sobre as demonstrações financeiras (ATTIE; 2011).

Em resumo, conforme NBCT 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, têm-se as seguintes definições para cada tipo de opinião. O relatório do auditor independente, com base na natureza da opinião, pode ser segregado em

quatro grupos, sendo eles: Opinião sem ressalva; Opinião com ressalva; Opinião adversa; e Abstenção de opinião.

A opinião sem ressalva é emitida quando o auditor independente conclui que todos os aspectos relevantes das demonstrações financeiras em concordância com as normas contábeis, sem apresentar distorções materiais.

Já a opinião com ressalva, é dada quando o auditor independente chega à conclusão de que determinado assunto não possui sua concordância, mas que esta questão não causa um efeito generalizado para concluir de maneira adversa ou abster de opinar.

A opinião adversa é dada quando o auditor independente conclui de maneira substancial que as demonstrações financeiras não representam corretamente a posição patrimonial, bem com a financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recurso, com base nas normas contábeis vigentes. Esta conclusão, diferentemente da ressalva, possui impacto generalizados nas demonstrações financeiras.

Têm-se, por fim a abstenção de opinião, situação que o auditor independente não obtém evidências suficientes sobre as demonstrações financeiras, e por conta de dessa limitação o mesmo se vê impossibilitado de emitir uma opinião.

Ressalta-se que todas as auditorias com período findo após de 31 de dezembro de 2016, ficaram sujeitas ao chamado Novo Relatório do Auditor Independente (NRA). Neste caso, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, publicou seis normas que compõem este novo modelo de relatório que visa, entre outros benefícios, maior transparência nas informações emitidas ao mercado.

Além da NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis já citada neste capítulo do estudo, o chamado NRA também é composto pelas seguintes normas: NBC TA 260 (R2) – Comunicação com os Responsáveis pela Governança; NBC TA 570 – Continuidade Operacional; NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente; NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente; e NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente.

### 2.3 TEMPESTIVIDADE

Informações contábeis são ferramentas relevantes para a tomada de decisão dos usuários (Dalmácio; Rezende, 2008). Assim, a tempestividade e confiabilidade são os componentes mais importantes para determinar a qualidade das informações contábeis das empresas, já que os usuários podem utilizar-se dela de modo útil (KAZEMI; KOLA, 2015).

Ainda sobre o tema, temos que a informação contábil não publicada em tempo hábil não pode ser relevante, assim como o estabelecimento de um intervalo frequente para a divulgação das informações é importante, pois este movimento permite que sejam reveladas modificações na situação da empresa que possam afetar as interpretações e tomadas de decisão (HENDRISKEN; VAN BREDA, 1999).

A norma contábil vigente no Brasil CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro apresenta a tempestividade como característica qualitativa de melhoria, no que tange a disponibilidade da informação à tempo de impactar na tomada de decisão, ou seja, a medida que o tempo vai se passando, sua utilidade tende a diminuir. Contudo, se a informação for necessária para projeções futuras, terá sua tempestividade prolongada (DE ASSIS VALADARES, 2019).

Mesmo entendimento tem o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução Nº1.374 de 08 de dezembro de 2011, quando diz: “tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências” (SILVA, SOUZA E KLANN, 2016).

## 2.4 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O TEMA

Para realização deste trabalho foi-se necessária a revisão da literatura sobre o tema de tempestividade das informações contábeis e auditoria independente. Ambos os casos apresentaram diversos estudos relacionados.

O estudo de Queiroz, Pereira e Avelino (2020) teve como objetivo investigar os fatores determinantes no atraso das opiniões dos auditores independentes de Companhias abertas brasileiras. A metodologia utilizada foram as informações das companhias que compõem o índice Ibovespa, utilizando-se das demonstrações financeiras de 2014 a 2018, coletadas por meio do *software* Economática e dos relatórios disponibilizados no ambiente virtual da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Os resultados evidenciaram que a emissão de relatório contendo opinião com ressalva ou ênfase, a quantidade de principais assuntos de auditoria, bem como a firma de auditoria tendem a influenciar o atraso na emissão dos relatórios dos auditores independentes. Já a troca de empresa de auditoria, o nível de governança corporativa e o ativo total das empresas analisadas foram considerados fatores relacionados com a menor quantidade de dias entre o fim do exercício e a emissão do relatório de auditoria. Os achados desta pesquisa indicam que as alterações no relatório de auditoria promovidas pelas alterações normativas vigentes a partir de 31 de dezembro de 2016 provocaram a dilatação do *delay* na divulgação das demonstrações contábeis das empresas investigadas.

Outro estudo correlacionado foi realizado por Valadares, (2019). Neste caso buscou-se identificar a relação entre os fatores que levam o prazo de emissão das demonstrações financeiras com o gerenciamento de resultado por meio de objetivos específicos que possuía, entre outros, a identificação das determinantes da tempestividade. A metodologia se deu pelas empresas brasileiras listadas na B3 no período entre 2010 e 2017, com suas informações obtidas por meio do *software* Economática e formulários de referência obtidos no sítio da CVM. Os resultados, após estimado o modelo de regressão, verificou que os *accruals* discricionários, parecer com ressalva e tamanho da empresa se mostraram estatisticamente significativas. Concluindo assim que quanto maior o nível de gerenciamento de resultado, evidenciado pelos *accruals* discricionários, mais tempo o auditor levará para concluir seu trabalho. Ademais, a existência de uma parecer com ressalva afeta positivamente a tempestividade, pois os auditores levam mais tempo para emissão da opinião, bem como o tamanho a variável do tamanho da empresa apresentou influência positiva pois, nesse caso, quanto maior a empresa, menor será o prazo da emissão do relatório do auditor independente.

Camargo e Flach (2016) também analisaram a relação da tempestividade com a auditoria. Neste caso, a metodologia do estudo se deu pela análise de regressão múltipla com uma amostra composta por empresas do índice IBrX-100 da então BM&FBOVESPA. A tempestividade, testada com variável dependente, foi usada como medida de expertise da firma de auditoria no setor, já o tamanho da empresa e prejuízos contábeis, por exemplo, foram as variáveis de controle. Os resultados apontaram que quando a Firma de auditoria possui expertise no setor, o prazo de divulgação das informações financeiras chega a ser de até 15 dias menores do que quando a Firma de auditoria não possui essa qualificação.

### 3. METODOLOGIA

Este capítulo objetiva-se demonstrar os procedimentos metodológicos usados neste trabalho, sendo demonstrado na seguinte ordem: (3.1) caracterização da pesquisa; (3.2) amostra e fonte de dados; (3.3) descrição das variáveis e (3.4) procedimentos utilizados.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No que tange à caracterização da pesquisa, Raupp e Beuren (2006), classificaram uma pesquisa pelos objetivos, procedimentos e a maneira que o problema será abordado.

Assim, sobre o objetivo, o presente estudo possui característica descritiva, pois descreve quais são as determinantes da tempestividade das informações do relatório do auditor independente das empresas que compõem o IBrX-50 listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Já os procedimentos adotados, este tudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que a mesma é fruto da busca de bibliografias relacionadas ao temo central, com o objetivo de apresentar a ligação direta entre pesquisador e tema (LAKATOS, MARCONI; 2010).

Por fim, sobre a abordagem do tema, faz deste estudo uma pesquisa quantitativa, uma vez que a pesquisa se dá pelo uso de técnicas e modelos estatísticos.

#### 3.2 AMOSTRA E FONTE DE DADOS

Conforme já citado no título deste estudo, a população da pesquisa compreende todas as companhias brasileiras listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e que compõem o IBrX-50. A amostra utilizada é composta por 49 empresas e os dados foram coletados no sítio das respectivas empresas. Estes dados contemplam as demonstrações financeiras com os respectivos relatórios do auditor independente. Ressalta-se ainda que, para mitigar o risco de distorção de nossas análises, a empresa PETRORIO foi expurgada desta amostra por apresentar dados incompletos.

O período de análise das informações foram o exercício social finalizado em 31 de dezembro de 2019, pois este é o último exercício social em que todas as empresas da amostra divulgaram suas demonstrações financeiras. Destaca-se ainda que o estudo se concentrou em informações anuais divulgadas pelas empresas objeto desta amostra por meio do *software* Economática,

#### 3.3 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A variável dependente, tempestividade (TEMP) das informações do relatório de auditoria, diz respeito ao prazo entre a data base das demonstrações financeiras que representa o término do exercício social e a data de emissão do relatório do auditor.

Em relação as variáveis explicativas, neste estudo foram analisadas variáveis utilizadas com temas similares. Por meio destes trabalhos, durante às pesquisas, foram identificadas as seguintes variáveis que influenciam a tempestividade:

**Quadro 3:** Variáveis utilizadas no estudo e sinal esperado

Variáveis	Sigla	Sinal esperado	Valor assumido	Base teórica	Referência
Se a empresa é auditada por Firma <i>Big Four</i> (PWC, EY, Deloitte e KPMG) ou não <i>Big Four</i>	AUDIT	(-)	Dummy que assume 1 caso a companhia seja auditada por uma empresa <i>Big Four</i> e 0 caso não seja.	Ahmed (2003), Leventis, Weetman e Caramanis (2005), Owusu-Ansah e Leventis (2006) e Khasharmeh e Aljifri (2010).	Website das respectivas empresas da amostra
Quantidade de		(+)	Número de PAA's	Queiroz, Pereira e	Website das

Principais assuntos de auditoria	PAA		em cada um dos relatórios.	Avelino (2020)	respectivas empresas da amostra
Emissão de relatório contendo opinião com ressalva ou ênfase	RELAT	(+)	Dummy que assume 1 se o relatório de auditoria contenha ressalva e 0 caso não.	Whittred (1980), Simnett <i>et al.</i> (1995), Soltani (2002), Owusu-Ansah e Leventis (2006), Turel (2010), Gajevszky (2013), Moradi, Salehi e Soleymani (2013) e Rahmawati (2013).	Website das respectivas empresas da amostra
Rodízio da Firma de auditoria	ROD	(-)	Dummy que assume 1 se houve troca de auditor no período e 0 caso não.	Habib & Bhuiyan (2011) e Lee et al. (2009)	Website das respectivas empresas da amostra
Nível de governança corporativa	NGOV	(-)	Dummy que assume 1 para empresas presentes no Novo Mercado e 0 caso não.	Teixeira et al. (2017), Lopes e Walker (2008), Ika e Ghazali (2012) e Beiruth et al. (2014).	Website da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.
Nível de endividamento da empresa	END	(+)	Passivo total sobre o ativo total	Ismail e Chandler (2004), Dogan, Coskun e Celik (2007), Abdullah (2006), Al-Ajmi (2008), Khasharmeh e Aljifri (2010), Ika e Ghazali (2012), Al-Shwiyat (2013) e Rahmawati (2013).	Software Económica

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021)

### 3.4 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Para alcançar os objetivos geral e específicos e responder à questão de pesquisa, foram realizadas três etapas. A primeira etapa, caracterização das empresas participantes da amostra, fez-se uma descrição das variáveis que compunham a amostra da pesquisa, a saber: se a empresa é auditada por *big four*, quantidade de PAA's – principais assuntos de auditoria, relatório contendo ressalva, relatório contendo ênfase, troca de auditoria, nível de governança corporativa e endividamento, por meio da estatística descritiva. De acordo com Cervo e Bervian, a estatística descritiva procura observar, registrar, analisar e correlacionar fatos e fenômenos sem manipulá-los.

A segunda etapa, tempestividade das empresas participantes da amostra, foi realizado uma descrição da variável dependente da pesquisa, a tempestividade das informações do relatório, também por meio da estatística descritiva. Finalmente, a terceira etapa, determinantes da tempestividade das informações do relatório de auditoria das companhias participantes da amostra, foi realizada por meio de regressão linear múltipla. Para Gujarati, 2011, o modelo de regressão múltipla envolve a combinação de características tanto de corte transversal como de série temporal.

Assim, o modelo estimado foi:

$$TEMP_i = \alpha_0 + \beta_1 AUDIT_i + \beta_2 PAA_i + \beta_3 RELAT_i + \beta_4 ROD_i + \beta_5 NGOV_i + \beta_6 END_i + \varepsilon_i$$

## 4. RESULTADOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA AMOSTRA

Para confirmar os objetivos deste estudo, foram coletadas informações sobre 50 empresas listadas no IBrX-50 da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão referente ao exercício social findo em 31 de dezembro 2019. Ao todo foram realizadas 49 observações.

A amostra deste trabalho é composta pelos dados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, das empresas pertencentes ao IBrX-50 da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A origem destas informações foram o *software* Economatica, *website* da B3 e *website* das relações com os investidores das respectivas empresas.

**Tabela 1:** Amostra utilizada no estudo

Ação	Setor	Participação (%)
AMBEV S/A	Indústria de bebidas	3%
AZUL S.A.	Transporte aéreo regular	1%
B2W DIGITAL	Vendas por correio ou meio eletrônico	1%
B3	Bolsa de valores e commodities	6%
BBSEGURIDADE	Seguradora	1%
BR MALLS PAR	Locadora de imóveis	0%
BRADESCO	Bancos	5%
BRASIL	Bancos	2%
BRF AS	Abatedouros	1%
BTGP BANCO	Bancos	1%
CCR AS	Atividades auxiliares ao transporte rodoviário	1%
CEMIG	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	1%
CIELO	Serviços de processamento de dados, hospedagem e outros	0%
COGNA ON	Escola de ensino superior	0%
CVC BRASIL	Transporte turístico	0%
CYRELA REALT	Construção de edifícios residenciais	0%
ELETOBRAS	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	1%
EQUATORIAL	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	1%
GERDAU	Transformação de aço em produtos de aço	1%
GERDAU MET	Transformação de aço em produtos de aço	0%
GOL	Transporte aéreo regular	0%
GRUPO NATURA	Comércio atacadista de bens não duráveis variados	2%
INTERMEDICA	Laboratório de exames médicos	2%
IRBBRASIL RE	Seguradora e corretora de seguros	0%
ITAUSA	Administração de empresas e empreendimentos	2%
ITAUUNIBANCO	Bancos	6%
JBS	Abatedouros	2%
KLABIN S/A	Indústria de papel, celulose e papelão	1%
LOCALIZA	Locadora de automóveis	2%
LOJAS AMERIC	Loja de departamentos	1%
LOJAS RENNER	Loja de roupas	2%
MAGAZ LUIZA	Loja de departamentos	3%
MARFRIG	Abatedouros	0%
MULTIPLAN	Locadora de imóveis	0%
PETROBRAS	Extração de petróleo e gás	4%
PETROBRAS	Extração de petróleo e gás	5%
PETROBRAS BR	Comércio atacadista de petróleo e produtos de petróleo	1%
PETRORIO	Extração de petróleo e gás	1%
RAIADROGASIL	Loja de artigos para saúde e cuidados pessoais	1%
RUMO S.A.	Transporte ferroviário	1%
SABESP	Água, esgoto e outros sistemas	1%
SID NACIONAL	Transformação de aço em produtos de aço	1%
SUL AMERICA	Seguradora	0%
SUZANO S.A.	Indústria de papel, celulose e papelão	3%

TOTVS	Editoras de software	1%
ULTRAPAR	Comércio atacadista de petróleo e produtos de petróleo	1%
USIMINAS	Transformação de aço em produtos de aço	0%
VALE	Mineração de metais	25%
VIAVAREJO	Loja de departamentos	1%
WEG	Indústria de motores, turbinas e transmissores de energia	3%
Quantidade Total		100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A empresa do segmento de extração de petróleo PETRORIO, representante por 1% da população do IBRX-50, não foi considerada em nossa amostra devido a impossibilidade de obtenção da variável determinante. Neste caso, no seu sítio de relações com os investidores, a demonstração financeira da data base de 31 de dezembro de 2019 não possuía o relatório do auditor independente.

A Figura 1 demonstra a distribuição da amostra do estudo dentro dos níveis de governança corporativa definidos pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

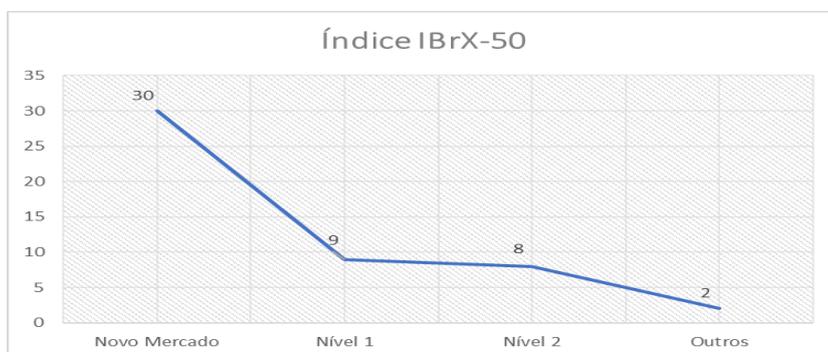


Figura 1: Níveis de Governança Corporativa da B3

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Obseva-se que 61% (30 empresas) da amostra constituindo por pertencem ao grupo de Novo Mercado, seguido de 18% (9 empresas) no Nível 1, 16% (8 empresas) no Nível 2 e 5% (2 empresas) Outros.

A Tabela 2 apresenta os dados sobre o tamanho das firmas de auditorias, nesse caso, a tabela evidencia que 94% da amostra deste estudo se referem à empresas auditadas por firmas de auditorias denominadas Big four, ou seja, as maiores firmas de auditoria do mundo sendo elas PricewaterhouseCoopers (PWC), Deloitte Touche Tohmatsu (DTT), KPMG ou Ernst & Young (EY).

Tabela 2: Tamanho da empresa de auditoria

Firma de auditoria		
<i>Big four</i>	46	94%
PWC	12	-
EY	9	-
DTT	6	-
KPMG	19	-
<i>Não Big four</i>	3	6%
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Na sequência, na Figura 2, apresenta se as empresas pertencentes a amostra trocaram de firma de auditoria entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 motivado, entre outros potenciais motivos, pelos rodízios

regulatórios da CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Nesse caso o resultado demonstrou que 39 empresas ou 80% da amostra manteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a mesma firma de auditoria que emitiu opinião das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



**Figura 2:** Troca de auditor entre 2018 e 2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Na Tabela 3 estão evidenciadas as informações relevantes presentes no relatório do auditor externo da amostra deste estudo. Neste caso, foram analisadas a quantidade de ênfases, de ressalvas e dos PAA's – Principais assuntos de auditoria. O resultado apresentado abaixo das 49 companhias da amostra demonstra, entre outras informações, que apenas 1 empresa possuía ressalva em seu relatório, 12 empresas possuíam parágrafo de ênfase e todas elas possuíam entre 1 e 6 principais assuntos da auditoria.

**Tabela 3:** Quantidade de Ressalvas, ênfases e PAA's

Nº de Eventos	Ressalvas	Ênfase	PAA's
0	48	37	0
1	1	10	4
2	0	2	16
3	0	0	11
4	0	0	13
5	0	0	3
6	0	0	2
Total	49	49	49

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Por fim, dentre as variáveis presentes neste tópico, analisamos na tabela abaixo o nível de endividamento das empresas que compõem a amostra. Os valores foram obtidos pela razão entre passivo dividido pelo total do ativo. O resultado mostrou que em média as empresas da amostra possuem um nível de endividamento no patamar de 28% dos respectivos ativos.

**Tabela 4:** Nível de endividamento

Evento	Valor
Média	27,62
Desvio Padrão	20,27
Mínimo	-
Máximo	70,44
Observações	49,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

#### 4.2 TEMPESTIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR

Neste tópico está sendo apresentada a variável dependente do presente estudo, sendo ela a tempestividade, que representa o tempo em dias que o auditor levou para apresentar a opinião sobre a empresa auditada, pela diferença entre a data do relatório e a data base. Estas informações foram obtidas através da inspeção do relatório das 49 empresas pertencente da amostra.

**Tabela 5:** Tempestividade

Evento	Valor
Média	67,78
Desvio Padrão	38,19
Mínimo	36,00
Máximo	244,00
Observações	49,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021)

Analisando o resultado demonstrado na Tabela 5, observamos que as firmas de auditoria levam em média 68 dias para a emissão da opinião. Adicionalmente, observamos que a opinião mais rápida dentro da amostra foi de 36 dias, na outra ponta, o maior prazo de emissão foi de 244 dias após a data base de 31 de dezembro de 2019.

#### 4.3 DETERMINANTES DA TEMPESTIVIDADE DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS COMPANHIAS PARTICIPANTES DA AMOSTRA

Por meio da Tabela 5, é possível observar que apenas duas variáveis explicativas consideradas no modelo apresentaram influência estatisticamente significativa ao nível de significância de 5%, sendo elas: a ênfase no relatório e o nível de governança corporativa.

**Tabela 5:** Resultado do modelo de Regressão Linear Múltipla

Source	SS	df	MS			
Model	21422,3884	7	3060,3412	Number of obs	=	49
Residual	46154,8769	41	1125,7287	F (7, 41)	=	2,72
Total	67577,2653	48	1407,85969	Prob > F	=	0,0206
				R-squared	=	0,317
				Adj R-squared	=	0,2004
				Root MSE	=	33,552

tempestividade	Coef.	Erro-padrão	T	P> t	[95% Conf. Interval]	
firmaaudit	4,543694	12,7918	0,36	0,724	-2,128.987	30,37726
paa	1,419617	4,022122	0,35	0,726	-6,703223	9,542456
ressaltva	-0,5724567	35,42695	-0,02	0,987	-72,11863	70,97372
<b>ênfase</b>	<b>34,68586</b>	<b>9,487672</b>	<b>3,66</b>	<b>0,001</b>	<b>15,52512</b>	<b>53,8466</b>
rodizio	14,66081	11,44357	1,28	0,207	-8,449953	37,77157
<b>governanca</b>	<b>26,0984</b>	<b>10,67793</b>	<b>2,44</b>	<b>0,019</b>	<b>4,533884</b>	<b>47,66291</b>
endivimento	-0,243357	0,2498256	-0,97	0,338	-0,7468687	0,2621973
_cons	28,87231	23,36224	1,24	0,224	-18,30869	76,05331

**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados retirados do software STATA

Conforme já citado no primeiro parágrafo, bem como evidenciado na Tabela 5, a variável ênfase (ênfase) e governança (governanca) foram estatisticamente significativas (Valor  $P > 0,05$ ).

No que diz respeito à variável explicativa de nível de governança corporativa (governanca) identificamos que empresas que possuem um maior nível de governança, sendo ele o Novo Mercado, tendem a apresentar suas demonstrações financeiras de maneira mais rápida. Ressala-se que os achados dessa pesquisa foram similares às pesquisas de Lopes e Walker (2008) e Ika e Ghazali (2012).

No tocante ao resultado sobre a presença da ênfase no relatório constatou-se um aumento no prazo médio de divulgação das informações contábeis em 16 dias, quando comparado com empresas que não possuem essa informação em seu relatório emitido pela firma de auditoria. O mesmo resultado foram obtidos nos estudos de Sá (2014) quando constataram aumento do prazo da divulgação do auditor quando da presença de algum tipo de qualificação no relatório oriundo de ressalva ou ênfases. No entanto, no presente estudo, a variável ressalva (ressalva) não foi estatisticamente significativa.

Ainda sobre a auditoria externa, estudos anteriores sobre o tamanho da firma de auditoria (firmaaudit), de Habib e Bhuiyan (2011), previa que quando a empresa é auditada por big four, tendem a apresentar menor prazo de divulgação do relatório. Adicionalmente, Avelino, Pereira, Gomes e Queiroz (2020), analisaram a variável explicativa dos principais assuntos de auditoria (paa) ou *Key Audit Matters*, representada pelo número de principais assuntos que o auditor conduziu durante os trabalhos de auditoria. A constatação deste trabalho era que quanto maior o número destes assuntos, maior o prazo para divulgação das demonstrações financeiras.

Quanto a variável explicativa troca de auditor entre 2018 e 2019 (rodizio), Lee *et al.* (2009) em seus estudos, concluíram que a troca da firma de auditoria contribuía para o aumento do prazo da emissão da opinião, pois a nova firma de auditoria incorreria em mais horas para entendimento sobre o ambiente da companhia auditada. No entanto, as variáveis tamanho da firma (firmaaudit), principais assuntos de auditoria (paa) e troca do auditor (rodizio), também não foram estatisticamente significativas neste estudo.

Por fim, estudos como os de Alkhatib e Marji (2012), Ika e Ghazali (2012) e Al-Ghanem e Hegazy (2011) apresentaram um relação direta entre o nível de endividamento da empresa e o prazo da emissão das demonstrações financeiras com o relatório do auditor. Esta relação se dá pelo movimento de quanto maior o endividamento, maior o prazo para emissão da opinião (endividamen). Contudo, esta variável também não foi estatisticamente significativa no presente estudo.

As conclusões obtidas neste trabalho apresentaram 2 variáveis que corroboram outros estudos da área, enquanto 5 variáveis tiveram conclusões diferentes daquelas já apresentadas em outros trabalhos, corroborando assim, entre outros fatores, que eventos subsequentes relacionados à pandemia da COVID-19 pode ter apresentado impacto na divulgação do relatório do auditor externo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas no relatório do auditor independente, além de exigência regulatória no mercado de capital, traz para os usuários das informações contábeis a asseguração de que aquelas informações estão livres de distorções materiais. Assim, o prazo entre o término do exercício social e a data da opinião do auditor, impactam diretamente na tomada de decisão dos usuários, bem como pode indicar informações sobre o andamento e conclusão do trabalho da auditoria. Esses fatores justificam o motivo deste tema vem sendo estudados por pesquisadores e reforçam a importância do estudo sobre a tempestividade e suas determinantes.

O presente trabalho teve como objetivo identificar os fatores que impactam a tempestividade das informações contidas no relatório do auditor externo nas empresas de capital aberto listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e presentes no IBRX-50.

Como resultado, identificou-se que as seguintes variáveis foram consideradas estatisticamente significativas para obtenção das determinantes do relatório do auditor, sendo

elas o nível de governança corporativa e a presença de ênfase. Contudo, as variáveis tamanho da firma de auditoria, rodízio do auditor, presença de ressalvas, número de principais assuntos de auditoria e nível de endividamento, não demonstraram significância estatística para corroborar outros estudos que analisaram estas variáveis explicativas para a tempestividade do relatório.

No que tange as limitações desta pesquisa, tem-se o tamanho da amostra analisada, no caso a IBrX-50, não representa a totalidade das empresas listadas na B3 – Bolsa, Bolsa, Balcão. Assim como a análise de apenas um exercício, aquele findo em 31 de dezembro de 2019, pode sofrer impactos sazonais decorrente especialmente da pandemia do COVID-19. Para pesquisas futuras, é sugerido um aumento da amostra, bem como nos exercícios sociais, ponderando o período pré e pós o começo da pandemia.

## REFERÊNCIAS

**ALBERTON, L. et al.** Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental. 2002.

**AL-GHANEM, W. & HEGAZY, M.** An empirical analysis of audit delays and timeliness of corporate. 2011. Financial reporting in Kuwait. Eurasian Business Review, 1, 73-90. <https://doi.org/10.14208/BF03353799>

**ALKHATIB, K. & MARJI, Q.** Audit reports timeliness: Empirical evidence from Jordan. Procedia – Social. and Behavioral Sciences, 62, 1342–1349. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.09.229>.

**ALMEIDA, J. E. F. de.** Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

**ATTIE, W.** Auditoria: conceitos e aplicações. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**AVELINO, B. C.; PEREIRA, V. H.; GOMES, A. P. M.; QUEIROZ, P. H. de O.** Relação entre as Características da Companhia Auditada e o Audit Report Delay: Análise de Empresas que Compõem o Índice Ibovespa. International Conference in Management and Accounting, 2020.

**CAMARGO, R. de C. C. P; FLACH, L.** Audit report lag e expertise da firma de auditoria: uma análise com empresas listadas na BM&Fbovespa. Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 9, n. 2, p. 181-203, 2016.

**CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC T 11 - NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** Disponível em: <[www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm)> . Acesso em: 3 abr. 2021.

**COMISSÃO DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC-00 (R2) (2019).** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2021.

**BAIOCO, V. G.; ALMEIDA, J. E. F. de.** Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. Revista Contabilidade & Finanças, v. 28, n. 74, p. 229-248, 2017.

**BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G.;** tradução José Evaristo dos Santos. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.

**DALMÁCIO, FláVia ZóBoli; REZENDE, Amaury José.** A relação entre o timeliness e a utilidade da informação contábil e os mecanismos de governança corporativa: evidências no mercado acionário brasileiro. Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, v. 5, n. 3, p. 163-174, 2008.

**DYCK, I.J. Alexander, and Luigi ZINGALES, 2002,** The corporate governance role of the media, in Roumeen Islam, ed.: The Right to Tell: The Role of Mass Media in Economic Development, Chap. 7 (The World Bank, Washington).

**DOS SANTOS, Edson Carlos; PEREIRA, Anísio Candido.** O Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil. 2004.

**FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD.** Statements of financial accounting concepts n. 1: Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises. Connecticut: FASB, 1978. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 29 set. 2008.

**GOMES, Admir Renan Voltolini et al.** Governança corporativa e seus determinantes: Um estudo com a qualidade da informação contábil, competitividade de mercado e risco não sistêmico. 2018.

**IKA, S. R.; GHAZALI, N. A. M.** Audit committee effectiveness and timeliness of reporting: Indonesian evidence. *Managerial Auditing Journal*, 27(4), 403-424. 2012

**IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, N.** Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

**HABIB, A.; BHUIYAN, M. B. U.** Audit firm industry specialization and the audit report lag. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 20(1), 32-44. doi: 10.1016/j.intaccaudtax.2010.12.004. 2011.

**HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. F.** Teoria da Contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

**KAZEMI, H.; KOLA, B. K. D. (2015).** Relationship between the advantage of timeliness and reliability of financial reporting and its impact on financial reporting quality. *Journal UMP Social Sciences and Technology Management*, 3(1), 78-90.

**KIRCH, G.; TERRA, P. R. S.; LIMA, J. B. N.** Determinantes da defasagem na divulgação das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 23, n. 60, p. 173-186, 2012.

**LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.** Fundamentos da metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

**LEE, H. Y.; MANDE, V.; SON, M.** Do Lengthy Auditor Tenure and the Provision of Non-Audit Services by the External Auditor Reduce Audit Report Lags? *International Journal of Auditing*, 13(2), 87-104. doi: 10.1111/j.1099-1123.2008.00406.x. 2009.

**LOPES, A. B., & WALKER, M. (2008).** Firm-Level Incentives and the Informativeness of Accounting Reports: an Experiment in Brazil. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1095781> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1095781>

**MARION, J.C.** Contabilidade Basica, 8 ed. Editora Atlas, 2008.

**MOTA, Paula Resende; MARTINS, Vidigal Fernandes.** Novo relatório do auditor independente: uma análise dos principais assuntos de auditoria evidenciados nas empresas do setor aéreo brasileiro. *RAGC*, v. 6, n. 25, 2018.

**NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane.** Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. *Revista Universo Contábil*, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.

**PAIXÃO, LÍlian Menezes Diniz; AVELINO, Bruna Camargos; TAKAMATSU, Renata Turola.** Determinantes do momento de divulgação das demonstrações contábeis de empresas que compõem o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa). *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 9, n. 1, 2017.

**CFC-CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC).** Resolução CFC nº 1.374, 22.10.2011. NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. Brasília, 2021. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1374.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1374.doc)>. Acesso em: 08 mar. 2021.

**QUEIROZ, P. H. O. ; GOMES, A. P. M. ; PEREIRA, V. H. ; AVELINO, B.C. .** Relação Entre as Características da Companhia Auditada e o Audit Report Delay: análise de empresas que compõem o índice do Ibovespa. RC&C. REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, v. 13, p. 88-108, 2021.

**SÁ, Tatiane Silva.** Tempestividade da informação: uma análise dos fatores que influenciam o prazo de publicação das demonstrações financeiras no Brasil. 2014.

**SILVA, Alini da; SOUZA, Taciana Rodrigues de; KLANN, Roberto Carlos.** Tempestividade da informação contábil em empresas familiares brasileiras. Revista de Administração de Empresas, v. 56, n. 5, p. 489-502, 2016.

**VALADARES, Joao Paulo de Assis.** Relação entre audit report lag e gerenciamento de resultados. 2019.